

INTRODUÇÃO PARA UMA GENEALOGIA DO AUTISMO

Marie-Claude Thomas*

Tradução: José Durval Cavalcanti de Albuquerque**

RESUMO

Este artigo propõe uma leitura crítica da concepção atualmente dominante desse fenômeno recente chamado “autismo infantil”. Inspirado pelo método de M. Foucault, ele situa o autismo na *épistémé* da qual ele é produto. Propõe-se uma clínica crítica da entidade psicopatológica construída por L. Kanner no contexto preciso do behaviorismo dominante então, notadamente o linguístico (L. Bloomfield). Questionam-se também os efeitos do nome “autismo”, do sintagma “criança autista”. Essa construção kanneriana, difundida entre psiquiatras de crianças e psicanalistas, implica uma concepção de causalidade que justifica as múltiplas pesquisas em genética ou neurociências, mas que não é a concepção de causalidade específica da psicanálise. Portanto, levanta-se a questão: é legítimo que a psicanálise e os psicanalistas contribuam para essa *Psychopathia Autista*?

Palavras-chave: autismo; psicanálise; psicopatologia; causalidade.

ABSTRACT

INTRODUCTION TO A GENEALOGY OF AUTISM

*This article proposes a critical review of the currently dominant conception of this new phenomenon called “infantile autism”. Inspired by the method of M. Foucault, autism is situated in the *épistémé* from which it is a product. The psychopathological entity “autism” was built by L. Kanner in the specific context of behaviorism dominant at that time, specially the linguistic behaviorism (L. Bloomfield). It also questions the effects of name “autism”, the expression “autistic child”. This kannerienne construction, disseminated among children psychiatrists and psychoanalysts, involves a conception of causality which justifies the multiple researches in genetics and neurosciences, but that is not the*

* Psicanalista; Membro da École Lacanienne de Psychanalyse; Doutora em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise; Supervisora clínica do mestrado na Faculdade Études Psychanalytiques – Université Paris VII. E-mail: mclaudethomas@wanadoo.fr.

** Médico, Membro Psicanalista da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle.

conception of causality specific to psychoanalysis. Therefore it raises the question: is it legitimate that psychoanalysis and the psychoanalysts contribute to this Autistic Psychopathia?

Keywords: autism; psychoanalysis; psychopathology; causality.

Que saberes sobre a infância estão atualmente em jogo? É certamente a primeira questão a que é preciso responder, antes de qualquer outra, a respeito do que chamamos de “autismo”. Os estudos de Philippe Ariès, *A criança e a vida familiar sob o Antigo Regime* (Ariès, 1960/1973), e de Egle Becchi e Dominique Julia, *História da infância no Ocidente* (Becchi & Julia, 1998) abriram possibilidades de respostas.

Mais recentemente, os de Dominique Ottavi – *De Darwin a Piaget, para uma história da psicologia infantil* (Ottavi, 2009) – mostram com pertinência como, entre 1870 e 1914, a criança “tornou-se um objeto de ciência, com as noções de desenvolvimento e evolução, e que se construiu, ao mesmo tempo, uma psicologia da criança e uma pedagogia em torno de uma ‘ciência da criança’” (Ottavi, 2009, contracapa), ciência que vai impregnar intensamente a psiquiatria infantil e a psicanálise.

Finalmente, bem anteriores a essas pesquisas históricas, estão os trabalhos de Arnold Lucius Gesell sobre os quais Kanner se apoia, cujo carro chefe é *Infant and child in the culture of today* (Gesell, 2005). Este livro veio à luz em 1943, em Nova Iorque, sendo traduzido para o francês em 1949 – 20ª edição em 2002, reedição em 2005 e a última em 2008. Isso mostra sua atualidade e seu impacto! A descrição do desenvolvimento da criança, fundada em milhares de observações e registros fotográficos, primeiramente quer mostrar que “existem leis gerais e insuperáveis do desenvolvimento das quais depende o estabelecimento das estruturas do comportamento” (Gesell, 2005: 4). Em seguida, dessa descrição decorre uma prescrição hora por hora, dia por dia, do que se deve fazer com um bebê, e depois com uma criança. Aqui, a descrição tem valor de prescrição.

Essa questão dos saberes sobre a infância é, no entanto, mascarada por preocupações que margeiam os fundamentos desse saber, implicitamente admitido como eficaz, a propósito do autismo. Por exemplo, evocar, como é o caso nos lugares de cuidado, uma palavra tornada tão banal que seu terreno pleno de significações múltiplas seria suficiente para indicar sua amplitude; evocar as dificuldades quotidianas de toda ordem que encontram as crianças, suas famílias, aqueles que trabalham com essas crianças ditas autistas, não basta. Não se trata de levar tais dificuldades a um impasse, nem de resolvê-las através de regulamentações precipitadas e exteriores à singularidade do “caso a caso”. É impossível apreendê-las sem certas orientações e vínculos com outras trabalhosas questões que se situam em dois eixos.

Primeiramente, o eixo “da clínica”: não se trata de compor, discutir, reformar a clínica dos autistas, das crianças ditas autistas, com qualquer ferramenta que seja, mas de concebê-la ao inverso, ou seja, fazer o diagnóstico da clínica do autismo. Para falar nos termos que irão situar minha reflexão numa perspectiva foucaultiana, é preciso questionar de maneira crítica o que denomino, no momento, o fenômeno *autismo*, fenômeno que inclui tanto os ditos autistas, seus pais, o contexto escolar, educativo, quanto os “psis”, as associações, os psicotrópicos, os programas experimentais e até mesmo o Estado. Que tipo de crítica invocamos? Precisamente a que consiste em ler no autismo os pontos de resistência ao saber dominante.

Para esclarecer a proposta e amarrar melhor minha argumentação, me reportarei brevemente à histeria. As histéricas de Salpêtrière, para “resistir” ao poder médico, opuseram ao corpo neurológico que Charcot atribuiu e impôs a elas um corpo sexual, um corpo erotizado. É o que Freud leu. Ao que resistirá o autismo? A que corpo atribuído e imposto, a que saber sobre o infante e a que poderes dominantes, a que sorte de linguagem ele oporia, por seu lado, outras formas de subjetivação?

A análise foucaultiana da tecnologia política do corpo pretende isolar um nível situado entre o funcionamento biológico dos corpos e os aparelhos institucionais do poder e, como consequência, isolar as relações entre certas ciências, de um lado, e, do outro, o poder e o saber. Daí que Foucault, em 1976, qualifica a psiquiatria de ciência “duvidosa” (Dreyfus & Rabinow, 1984):

Tomando um saber como a psiquiatria, será que a questão não será muito mais fácil de resolver (do que aquela das relações entre a física teórica ou a química orgânica com as estruturas econômicas e políticas da sociedade) porque o perfil epistemológico da psiquiatria é fraco e também porque a prática psiquiátrica está ligada a toda uma série de instituições, de exigências econômicas imediatas, de urgências políticas, de regulações sociais? Será que no caso de uma ciência tão “duvidosa” como a psiquiatria não podemos apreender de uma maneira mais eficaz os efeitos embaraçosos do poder e do saber? (Dreyfus & Rabinow, 1984: 171).

Para o fenômeno *autismo*, e esse será o segundo eixo a sustentar minha reflexão, para essa *psicopatía autista* deve a psicanálise contribuir? Tal contribuição pode ser objeto de espanto: como os psicanalistas, sem qualquer inquietação, escorregaram para uma entidade psicopatológica médica, o autismo, para apurá-la psicanaliticamente, se é que posso assim dizer, e se associar à psiquiatria infantil? Como é que jamais se levantou a questão de encarar o autismo como um discurso? Afirmou-se até que ele era “fora do discurso” (Colette Soler, 1990). Como é que o autismo é tomado pelo lado do indivíduo, ainda que esse indivíduo seja batizado de “sujeito”? Em resumo, coloca-se também a questão de apontar que relações a psicanálise mantém com a psicopatologia. Essa é uma questão delicada, objeto de trabalhos anteriores na École Lacanienne de Psychanalyse, dos quais este é a continuação. Como ele é a continuação e a finalidade de um seminário de cinco anos intitulado *AutismUnLtd.* Tratava-se então

de marcar os momentos iniciais desse fenômeno que atualmente se faz epidêmico.

O GESTO DE KANNER

Leo Kanner (1944) fez esse gesto inicial e lendário de distinguir do conjunto das crianças ditas retardadas do hospital Harriet Lane Home, que dependia da Universidade Johns Hopkins de Baltimore, onde ele trabalhava desde outubro de 1928, aquelas que ele classificou sob a síndrome do autismo infantil precoce:

Desde 1938 nossa atenção foi dirigida para um certo número de crianças cujo estado difere de maneira bem marcante e bem distinta de tudo aquilo que foi descrito anteriormente, dos quais cada caso merece – e eu espero que termine por receber – uma consideração detalhada nas suas particularidades fascinantes (Kanner, 1943: 1).

No momento em que fez esse gesto, que terá ele feito? Em artigo ulterior, “O nascimento do autismo infantil precoce”, Kanner (1973) será mais preciso:

Então, por um golpe de sorte (um dom que não foi procurado no início), meu nome se encontrará associado a uma afecção que não havia sido descrita anteriormente. Em outubro de 1938, um menino de cinco anos foi conduzido de Forest, Mississipi (a mais de 1500 km de Baltimore), até minha clínica. Fiquei impressionado pela característica única dos traços apresentados por Donald (Kanner, 1973: 93).

Com esse gesto pleno de humanismo a respeito de suas crianças, pois, com efeito, afirmou que eram acessíveis ao tratamento, Kanner (1973: 73) contou para adquirir notoriedade, “um pequeno

lugar no edifício psiquiátrico” como disse no mesmo artigo. Com esse gesto, então, que fez ele, o que construiu?

Pergunta que faço de maneira radical, de forma simplificada: o quadro clínico kanneriano é uma descrição do que será um objeto natural, um objeto observável; ou bem é uma construção, a construção desse objeto? Explico-me: esse é um quadro descritivo de uma doença que lá se encontrava esperando para ser descoberta, como ele mesmo diz: “Meu nome foi associado a uma doença que até agora não havia sido descrita” (Kanner, 1973: 93)? E como outros escrevem a seguir, por exemplo, Jacques Hochmann (2009) na sua recente história psiquiátrica do autismo: “A posição de Kanner é, sobretudo descritiva [...]” (Hochmann, 2009: 248). Ou ainda, na recente obra coletiva sob a direção de J.-Cl. Maleval (2009a), *O autista, seu duplo e seus objetos*, os termos “descrição clínica do autismo” (Maleval, 2009a: 15) ou “descrição de um quadro” (Maleval, 2009a: 16) são repetidos sem deslocamentos, sem questões – quem pintou o quadro? A natureza? Deus? Kanner? –, supondo uma anterioridade natural para o que é classificado de “autismo”; mesmo *a priori* no seu livro *O autismo e a voz*, naquele em que Maleval (2009b: 9), desde a introdução, afirma que “a psicanálise parece encontrar um obstáculo com relação ao estudo do sujeito autista”: o sujeito autista, objeto de estudo, torna-se uma entidade de pleno direito, admitida como tal desde Kanner, “sujeito” servo de uma clínica psicanalítica-pedopsiquiátrica.

Ou então, será que o gesto de Kanner e o quadro clínico que lhe é concomitante são a constituição, a construção não de crianças doentes, que lá estiveram levadas por seus pais para consultá-lo, mas da “doença”, da própria entidade patológica, da qual não sabemos muito bem, até hoje, o que ela é, a tal ponto que falamos de um “espectro autista”, termo de uma equivocidade inescapável? Essa era a alternativa no início do seminário *AutismUnLtd*.

O autismo é uma determinada doença dada como “natural”, com a série de traços coerentes com essa concepção, a saber, inata,

biológica (gens, sistema nervoso central), deficiente em certo número de coisas das quais, para Kanner (1973), os sinais universais de resposta infantil, precisamente a ausência antecipatória da criança quando se estende os braços para pegá-la, uma incapacidade inata de estabelecer o contato afetivo habitual, biologicamente previsto. Kanner (1943/1995), na discussão do seu artigo *princeps* “Os transtornos autísticos do contato afetivo”, afirma essa incapacidade inata do contato afetivo; ele se apoia sobre uma observação de A. Gesell:

De acordo com Gesell, a criança média de 4 meses faz um ajustamento motor antecipatório pela tensão facial e atitude de contrair os ombros quando levantada de uma mesa ou colocada numa mesa. Segundo Gesell, uma criança normal (Gesell não fala de normalidade, mas de mediano: a criança média ou mediana) de 4 meses adota uma atitude antecipatória tensionando o rosto e sacudindo os ombros quando a levantamos ou a deixamos sobre uma mesa. Gesell faz este comentário: “É possível que o esboço dessa atitude possa ser reencontrada no período neonatal. Ainda que um hábito deva ser condicionado pela experiência, a ocasião dessa experiência é quase universal e a resposta é suficientemente objetiva para bem merecer mais observação e registro” (Kanner, 1943/1995).

Gesell acentua mais a experiência cuja ocorrência é quase universal, diz ele, do que o que é inato. Por outro lado, parece que essa observação de Gesell, fundamental para a concepção kanneriana do autismo, ainda mais porque é trazida e confirmada pelos pais, só aparece na primeira edição de *Infant and child in the culture of today* (Gesell, 2005), não tendo Gesell a mencionado depois disso. Na décima oitava edição, ela não figura. Se pensamos, como Kanner, que é uma capacidade inata, como o reflexo de uma pálpebra que se fecha quando exposta à luz intensa, nesse caso esperamos que ela se manifeste sem a participação daquele que deseja tomar uma criança em seus braços! O que há de mais paralisante para quem é observado!

Ou então, essa “doença” será construída, constituída por sua nomeação e pelo interesse – no sentido preciso de que a pessoa de Kanner nela está interessada? Estar interessado numa questão não ocorre sem certo desejo, certa identificação ao objeto de estudo. Que ecos nele vibraram, no momento em que Kanner recebeu Donald, verdadeiro encontro iniciático cujos traços serão mascarados pela objetividade necessária ao trabalho que ele queria científico?

Colocar um nome no campo do saber, o nome “autismo” – do qual a primeira transformação a se notar é sua derivação do conceito de “autoerotismo”, o que não acontece sem pressionar certa captura da coisa, uma determinada concepção –, portanto, propor um nome tem suas consequências. Para precisar, me reporto a um aforismo de Nietzsche (1882/1993) citado por Ian Hacking na Lição inaugural no *Collège de France* em 2001, no qual me inspirarei a seguir. Ian Hacking organizou um curso na primavera de 2005 intitulado *Classificar as pessoas e Modelar as pessoas*, no qual ele examinou as figuras do autismo.

Nietzsche (1882/1993) escreveu na *Gaia Ciência*, aforismo 58, *Só se pode destruir como criadores*:

O nome das coisas importa infinitamente mais do que o que elas são. A reputação, o nome, a aparência, o valor, o peso e a medida habitual de uma coisa – que na origem são apenas o erro, o arbitrário com o qual a coisa se encontra revestida, como com uma roupa perfeitamente estranha a sua natureza e a sua pele –, a crença em tudo isso, transmitida de uma geração à outra, vai pouco a pouco constituir o próprio corpo da coisa; a aparência do começo sempre termina por se tornar essência, e funcionar como essência! Que loucura pretender denunciar essa origem, esse véu nebuloso do delírio de aniquilar o mundo tido por essencial, na sua assim dita “realidade”? Só os criadores podem destruir. Mas não esqueçamos o seguinte ponto: é bastante criar novos nomes, apreciações, verossimilhanças para criar com o passar do tempo novas “coisas” (Nietzsche, 1882/1993).

Às vezes é bem mais importante saber como se nomeiam as coisas do que aquilo que elas são. Como é que se nomeou algo de “autismo”?

Com nomes novos, continua J. Hacking (2001), com mais significantes, diríamos com Lacan, viriam ao mundo lentamente novos objetos. Mas nomear “autismo”, por exemplo, não é suficiente para se criar, para produzir e se constituir uma nova entidade psicopatológica. Nomear ocupa lugares, situações particulares e se produz em momentos precisos. Cito Ian Hacking (2001): “Para que um nome possa começar seu trabalho de criação, é preciso autoridade. É preciso que isto se faça no interior das instituições. Um nome captura suas funções quando uma história social está, ela mesma, em obra”.

Criar nomes novos tem efeitos, entre outros os de produzir pessoas, seus corpos e seus comportamentos. Por exemplo, “gordo”, “obeso” – outra classificação que I. Hacking (2001) examinou – “não age sobre nós de maneira inesperada, mas enquadrada por um mundo de significações, de médicos, de seguradoras, de amantes e de regimes de emagrecimento”.

Dito de outra forma, o signo compacto que tomou o nome autismo, tornando-se esse significante encarnado, só toma sentido por se inscrever num conjunto de agenciamentos materiais, discursivos, eróticos, agenciamentos que não constituem apenas o seu contexto exterior – contexto que a psiquiatria não teria de levar em conta, que ela poderia delegar a uma sociologia ou a uma história tal como aquela de J. Hochmann (2009) – mas contribuem para conferir à síndrome do autismo sua própria realização, sua significação e sua consistência.

Além disso, as pessoas classificadas como autistas agem sobre a entidade autismo que induz o comportamento delas, suas posições subjetivas, quer dizer imaginárias, pois em retorno essas pessoas confirmam e realizam o diagnóstico, a classificação. Temple Grandin (1994) é um exemplo notável entre aqueles que, apanhados pelo

jogo, servem-se dessa tela: ela se regozija com seu autismo. Ela mostra também que esse efeito em cascata pode se desencadear e colocar em suspenso um destino já traçado do autista.

PERGUNTAS

A partir disso, uma série de questões pode se organizar: quais são os agenciamentos que enquadram e modelam e até mesmo prescrevem o autismo? Por exemplo, a prevenção, as descobertas precoces não estão entre os mais determinantes? O pequeno manual intitulado *Os bebês com risco de autismo* (Delion, 1998) pode ser lido como uma fábrica de autistas: “Assim, o conceito de risco autístico toma corpo nos bebês” (Delion, 1998: 25), podemos ler sob a pena de um eminente professor de psiquiatria da infância e adolescência!

Outra questão: como diremos “autismo” e “criança” na língua? Cada resposta a essa questão terá seu correlato político – político na “saúde mental”. Dizer essa criança é “autista” acentua uma concepção essencialista do autismo com os riscos de uma identidade coagulada que ela comporta. O “essencialismo estratégico” é de dois gumes, visto que a escolarização das crianças que permitiu foi feita à custa de um estatuto social, o do deficiente, cujo efeito sobre as crianças e pais não é pequeno, apesar dos benefícios produzidos. Dizer “criança com autismo” não faz mais do que suavizar a questão, conferindo a ela um ar de paisagem.

Ou ainda “criança portadora de autismo” (Delion, 1998: 9; 12). Este último sintagma é interessante: pode ser declinado de várias maneiras, sob diferentes registros. Podemos entendê-lo com a expressão usada a propósito da síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS): “portador de vírus” se referido à medicina; ou “portador de signo” se referido à concepção ternária estoica do signo, com o significado, o significante e o portador. “Os estoicos diziam que exis-

tem três coisas ligadas umas às outras, o significado, o significante e o portador” (Gourinat, 2000: 111). Ou ainda, como duas entidades determinadas pela ciência, a criança e o autismo, e suas relações, quando, na verdade, não há senão um único objeto para a pedopsiquiatria que se constituiu com Kanner. Podemos chegar a dizer que a “criança” pensada pela “ciência” pedopsiquiátrica na sua distinção por referência ao “autismo” quer dizer o autismo pensado “por trás” da criança como “portadora” do autismo, é uma fonte de pseudo-problemas, exatamente como a “alma” na psicologia ou a “força” no físico. Explico-me: o conceito de alma, desconsiderando a entidade religiosa, só pode, no registro da psicologia científica, ser intrinsecamente definido, ser constituído por ela. Da mesma forma o conceito de força, se não é tomado como entidade mágica, não é nada mais do que foi definido, construído e escrito pela física. Do mesmo jeito, para a psiquiatria infantil, criança e autismo se tornaram um só e mesmo objeto. Acho que é preciso chegar a essa radicalidade, por mais chocante que seja, para se desligar de concepções psiquiátricas invasivas do autismo e reencontrar, ou encontrar, um ponto de vista psicanalítico justo.

Esses pontos de gramática e epistemologia, duramente esboçados, não são indiferentes: eles se referem às fantasias, quer dizer, às construções nas quais são constituídos e constituem o nome autista e o fenômeno autismo.

O projeto deste trabalho de diagnosticar o presente, sempre numa perspectiva foucaultiana, é de tornar visível o que é invisível. Eu cito: “fazer aparecer o que é próximo, imediato, o que é intimamente ligado a nós mesmos, e o que, por causa disto, nós não percebemos” (Foucault, 1966/1994: 594). Quer dizer, ver, enfim o que nós vemos nesse aspecto do visível particularmente mediático e... contagioso. Com efeito, é preciso interrogar sobre o aspecto “contágio” sublinhado pelo próprio Kanner (1969), o aspecto epidemia, do qual o valor quantitativo das enquetes sobre as legiões, como é

anunciado, mascara o valor qualitativo. Sinalizamos bem as epidemias virais ou infecciosas, mas marcamos também as epidemias de suicídio, de conversões... e de conversões religiosas, numa palavra “epidemias do espírito” como disse J.-J. Rousseau (1789). Qual é o valor qualitativo do *autismepidemia*?

Uma última palavra: acharás o tom preciso para falar dos contornos do nome autismo? Não sei. O que sei, em troca, é que é pouco provável que encontremos as palavras precisas, as palavras novas para dizer que esse nome pelo qual se precipitam enlaçados em sofrimento, diferentes, múltiplos, singulares, que são formatados, protocolados em Um, Um *nome autismo*, oficial. É responsabilidade do psicanalista não levar gato por lebre, não reduzir esses laços em sofrimento ao Um – instituído. Enfim, talvez seja preciso recusar-se a encontrar essas palavras precisas e novas e, no fundo, esperá-las das crianças ditas autistas que bem querem, por acaso, lançá-las às nossas orelhas. Acontece...

Lacan (1976-1977/2003), 19 de abril de 1977:

Em suma, é preciso levantar a questão de saber se a psicanálise não é um autismo a dois. Há uma coisa que permite forçar esse autismo – é que a língua é uma coisa comum. É justamente por isso que sou capaz de fazer-me entender por todo mundo aqui. É isso que é a garantia – é por isso que coloquei na ordem do dia na Escola freudiana a transmissão da psicanálise –, a garantia de que a psicanálise não claudica irredutivelmente nesse autismo a dois (Lacan, 1976-1977/2003: 117).

Em que modificar o nome autismo? Talvez entrever um caminho estreito, bem estreito, no meio do que se diz do autismo, quando ele é mergulhado naquela “transação comum” na *lalangue*.

“... desses casos, fazer com eles par”

O título escolhido para este item serve para marcar que é do lugar da experiência analítica que se organiza minha reflexão sobre o autismo. Essas palavras: “... desses casos, fazer com eles par” são tiradas da frase final de um texto de Lacan (1976/2001), de seu “Prefácio à edição inglesa do Seminário 11”, de 17 de maio de 1976: “Assinalo que, como sempre, os casos de urgência me atrapalhavam enquanto eu escrevia isto. Mas escrevo na medida em que creio dever fazê-lo, para ficar a par desses casos, fazer com eles par” (Lacan, 1976/2001: 573).

Alguém (talvez aquele que assina JAM) pediu a Lacan para prefaciar a tradução inglesa do *Seminário 11*. Lacan (1976/2001: 573) em pleno trabalho, atrapalhado com “os casos de urgência”, escreveu ele, e que apesar disso toma o tempo da escrita, fazendo disso um dever para... situar-se à altura desses casos. É importante notar esse laço tão estreito entre o exercício analítico, a prática e o que se pode – não escrever dela, mas acreditar que se deve escrever.

É o que traz a tradução inglesa da qual só comento o fim: “I would mention that, as always, I was entangled in urgent cases as I wrote this. I write, however, in so far as feel I must, in order to be on a level (à altura) with these cases, to make a pair with them” (Lacan, 1979: ix).

Fazer par com as crianças ditas autistas, formar com elas um par – e não a mãe – não é forçosamente evidente... Entretanto, acontecem coisas, acontecem quando, às vezes, chegamos a fazer a dupla, na condição – e creio ser o interesse do que quero valorizar – de ver os agenciamentos, a aparelhagem, a ideologia, as ideias, quer dizer, a fantasia que contribui para a constituição do autismo. Para não haver qualquer ponto obscuro, é necessário conhecê-los, reconhecê-los, ou melhor, vê-los. E sob a condição de se encontrar despido dos hábitos para, ao contrário, ser persuadido pela razão. Aqui dou um grande passo ao afirmar que não existe “psicanálise infantil”. “Não existe” na medida em que a psicanálise não se qualifica pela idade

do analisando, ele mesmo não se qualificando por ser um indivíduo (talvez existam muitos no caso de uma criança). Além disso, outra razão para o “não existe” reside em que a psicanálise dita infantil conduz inevitavelmente com ela a psicologia do desenvolvimento e a sua normatividade.

O AUTISMO NO CAMPO DOS SABERES

Ao longo do seminário *AutismUnltd*, com os meios de que dispunha, procurei sinalizar em que *episteme*, em que campo de saber se fez possível a construção do autismo. Para estabelecer essa procura, acentuei os fatos concomitantes. Vou revê-los rapidamente, sublinhando em seguida um deles, a linguagem, terminando com os temas da causalidade e do jogo.

Quais são os fatos concomitantes para a construção do nome autismo? À primeira vista, com Leo Kanner, uma nova especialização da psiquiatria, a psiquiatria infantil, que é da mesma natureza. Depois ela nada fez além de prosperar considerando que, depois da psiquiatria infantil, uma psiquiatria do bebê e uma psiquiatria perinatal “anunciava talvez uma autêntica psiquiatria fetal” (Golse, 1998: 30). Essa psiquiatria usou muito a psicanálise, o vocabulário psicanalítico (Louise Despert, Margareth Mahler, John Bowlby, Frances Tustin, Geneviève Haag atualmente).

O segundo fato que marquei é a corrente de uma psicologia dita científica, o behaviorismo, fundada sobre a teoria pavloviana Estímulo-Resposta, corrente dominante nos Estados Unidos nos anos 1920-1940 ao ponto de reger a maneira de pensar e as mais importantes disciplinas universitárias: filosofia, direito, estética e linguística. Por behaviorismo proponho que se entenda pontualmente isto: é a metodologia que construiu um objeto – o observado – um sujeito – o observador – numa situação de observação e experimenta-

ção. Ajuntemos que o observador se pensa de fora, excluído do que se experimenta. Esse dispositivo permite descrever as reações comportamentais aos estímulos unicamente, portanto ao que é observável e registrável. O que se costuma chamar de introspecção, psiquismo ou mental não faz parte da experimentação, pelo menos no nascimento do behaviorismo com Watson; é uma posição antimentalista. Em seguida, o cognitivismo reintroduzirá o mental entre o Estímulo-Resposta mantendo os princípios metodológicos ditos objetivos da observação, para tornar mais complexa a teoria E – R.

O campo do saber no que diz respeito à infância e seus sintomas se ordena, dessa maneira, na psiquiatria infantil e no behaviorismo, ao qual é necessário acrescentar a psicologia do desenvolvimento da infância na qual Gesell era e ainda é a voz mais forte. Se, então, alguns fatos são destacados como venho breve e incompletamente lembrar, outros que existiam na mesma época foram negligenciados: a religião por exemplo. A linha entre a escolha que descarta e aquela que sustenta um fato é muito estreita. Qual é a minha garantia de que não há algo de errado nessa construção do autismo? Não avançarei além de uma constatação: o tratamento das crianças ditas autistas é majoritariamente coincidente com a minha hipótese da construção do autismo. Que isso seja explícito com as terapias comportamentais, entronizadas por Michael Rutter e Eric Schopler ou Ivan Loovas, ou protegidas por novos métodos, e compreendido com noções psicanalíticas, os fundamentos metodológicos são os mesmos: o condicionamento, a teoria Estímulo – Resposta. Poderemos retorquir que esse argumento encontra-se de acordo com a falácia lógica, *post hoc, ergo propter hoc* (depois disso, logo causado por isso; ex. da falácia lógica: o galo canta sempre antes de o sol nascer. Logo, o sol nasce porque o galo canta). Mas, esse é o ponto que me parece o mais importante, não há, no caso, nem antes nem depois, na medida em que o fenômeno do autismo e seu tratamento são duas facetas de um mesmo acontecimento, a saber, o advento contemporâneo de uma nova con-

cepção científica da linguagem: a linguagem concebida como um instrumento de comunicação que se poderia aprender de maneira experimental, digamos assim, unicamente por condicionamento.

Essa concepção de linguagem amadureceu durante mais de meio século, depois exatamente de 24 de maio de 1844, data na qual o Professor Samuel Finley Breese Morse estabeleceu uma relação de comunicação completamente técnica – por transferência eletromagnética de signos linguageiros reduzidos a pontos e traços –, entre Baltimore e Washington, ida e volta. Ele inaugura dessa maneira a reprodutibilidade técnica da linguagem – a distinguir da reprodução das línguas no falar de cada dia e de cada um, que é a existência mesma das línguas e fundamento de sua incessante transformação, como afirmou F. de Saussure. Sua reprodutibilidade técnica, portanto, é idêntica, sem perda aparentemente. Com efeito, se não há perda do material da comunicação que é inteiramente restituível, fica claro que em uma língua falada as coincidências, as derivas, os desvios e os equívocos dos signos designam justamente o que resiste inexoravelmente a toda restituição: é essa a perda sofrida na reprodutibilidade técnica, morse ou informática (Fehr, 1998).

Da linguagem concebida como instrumento de comunicação e das características que lhe são imputadas desde seu nascimento técnico se deduz naturalmente, se posso dizer, que é um objeto de aprendizagem e de aprendizagem experimental. Ou a linguagem será somente da ordem do aprendido? E como essa concepção de linguagem como meio de comunicação no campo da linguística se desenvolveu?

A LINGUAGEM CONCEBIDA COMO COMUNICAÇÃO É UM DOS AGENCIAMENTOS COM OS QUAIS FOI CONSTRUÍDO O AUTISMO

A concepção de linguagem dominante nos Estados Unidos entre as duas guerras, contemporânea dos primeiros trabalhos de Leo

Kanner, é o estruturalismo americano, chamado ainda de teoria mecanicista. Para o que desejo enunciar, uma figura paradigmática, a de Leonard Bloomfield, esclarecerá a minha proposta. Bloomfield escreveu *Introdução ao estudo da linguagem* (Bloomfield, 1914), o seu único livro entre numerosos artigos e manuais fundamentados na psicologia alemã então dominante nos Estados Unidos, aquela de W. Wundt. Bloomfield (1933/1967) fará dela uma atualização posterior numa perspectiva unicamente determinada pelo positivismo do behaviorismo. A característica mais importante dessa nova versão encontra-se no seu antimentalismo. Trata-se de descrever a comunicação linguística de um ponto de vista dito científico, ou seja, objetivo, exterior, do ponto de vista de um extraterrestre, como dizia Bloomfield (1933/1967), a partir dos seus constituintes observáveis e da organização das mensagens emitidas. Esse dispositivo não exige que se postule uma consciência, um espírito ou uma intenção.

A negação de Bloomfield (1933/1967) do mental é uma negação metodológica rigorosa e, como tal, respeitável. Mas o ponto em que desejo insistir é o seguinte: contaminado pela reprodutibilidade técnica das línguas, esse método produziu uma concepção de linguagem que se toma pela própria linguagem, quer dizer, repito, como um puro instrumento de comunicação, o que produz efeitos na própria maneira de encontrar-se na linguagem. Schopler e Rutter se apoiaram nessa teoria da linguagem por intermédio dos alunos de Bloomfield, notadamente C. F. Hockett (1960), desenvolvendo assim toda uma pesquisa a propósito do autismo sobre essa hipótese/afirmação: a ausência ou alteração da comunicação.

Voltemos à matriz S – R: o estímulo do locutor e a resposta do ouvinte é complexificada por uma reação intermediada pela linguagem, tal como escreve Bloomfield (1933/1967: 29-30): S-r-s – R, acrescentando: “Nós que estudamos a linguagem estamos interessados precisamente no acontecimento – fala (s – r), sem valor (*worthless*) em si mesmo, mas que é um meio de acesso a fins impor-

tantes”. Há, portanto, um som/estímulo, observa-se uma resposta, uma reação, e se deduz que o som emitido é o nome do objeto que designa a resposta observada, estabelecendo-se assim uma sorte de “concordância biunívoca”, quer dizer, uma imagem, como precisa Lacan (1961-1962): “definimos a imagem como todo o arranjo psíquico que tem por resultado constituir uma concordância biunívoca entre dois sistemas, em qualquer nível que seja”. Essa definição de imagem por Lacan, em 22 de novembro de 1961, ao construir sua articulação do significante com o sujeito, nos primeiros lances do seminário *A identificação* (Lacan, 1961-1962), precede uma questão que nos interessa enormemente e que eu cito por extenso:

É dizer, como é a tendência... e tendência que se mostra sob a influência de uma espécie, eu diria, de embriaguez que tomou recentemente o pensamento científico, pela irrupção daquilo que no fundo não é mais que a descoberta da dimensão da cadeia significante como tal, mas que, de todas as maneiras, será reduzido por esse pensamento aos termos mais simples; e, bem precisamente, é o que se exprime nas teorias ditas de informação... é dizer que é justo, sem outra conotação, nos levar a caracterizar os dois sistemas, onde um é, com relação ao outro, a imagem (S a R ou emissor a receptor), por esta ideia de informação que é muito genérica, implicando certos caminhos percorridos por algo que veicula a concordância biunívoca? (Lacan, 1961-1962).

Essa redução, questionada por Lacan (1961-1962), constitui os fundamentos dos métodos da aprendizagem “para falar”, que são colocados à frente no encarregar-se das crianças ditas autistas: a uma imagem faz-se concordar uma palavra, outra imagem ou um comportamento, sem levar em conta o que veicula aquele ou aquela que “cuida” da criança, nem do que veicula esta ou aquela criança.

A partir dessa matriz S – R, passamos a nos interessar sobre o que haveria entre S e R, esquentando as hipóteses apoiadas sobre os

modelos das teorias da comunicação e da informática, notadamente aquela de Nobert Wiener. Para Wiener, e é aquilo a que Roman Jakobson se refere no seu artigo de 1961, *Linguística e teoria da comunicação* (Jakobson, 1963: 87), não existiria: “qualquer oposição fundamental entre os problemas que encontraram nossos engenheiros na mensuração da comunicação e os problemas de nossos filólogos”. Nesse artigo, Jakobson (1963: 90) define o código desta maneira: “O código associa o significante ao significado, e o significado ao significante”. De acordo! Esse artigo, publicado em 1961, é extremamente instrutivo a respeito do que vai se construir nos anos 60: é, com frequência em Jakobson (1963), em uma complexa sutileza, e se encontra provavelmente sobre a escrivinha de Lacan, que dele se distingue claramente em 22 de novembro de 1961: “de fato a posição que assumo aqui vai além, como flecha, com relação à de Jakobson, ao conceber a primazia à função do significante em toda a realização do sujeito” (Lacan, 1961-1962).

Porque se trata de passar a outro nível que não ao da concordância biunívoca da imagem, esse algo que foi subsumido sob a noção de forma, que tem bem o seu valor próprio e sua ordem de realidade, mas que é distinto – é o que pretendo articular aqui com toda a sua força – do que nos traz de novo, dentro da nova perspectiva científica, o questionamento, o desembaraçar-se daquilo que é produzido pela experiência de linguagem, e do que a relação com o significante nos permite introduzir como dimensão original, e que se trata de distinguir radicalmente do real, sob a forma da dimensão simbólica (Lacan, 1961-1962).

Um Lacan que empunhou a ciência, aquela que desde a antiguidade jogava com a analogia e a correspondência entre palavras e coisas, com essa “nova perspectiva científica” aberta por Saussure (Thomas, 2007). Então, Lacan brigou com a ciência, da qual entendia sair com um sujeito bem definido, “o sujeito da ciência” sobre

o qual opera a psicanálise, como dirá em 1965 em “A ciência e a verdade”, primeira parte do seminário *O objeto da psicanálise* (Lacan, 1965-1966). Operação que na época permitiu definir o sujeito na psicanálise como “um sujeito dividido”. Isso foi o trabalho de anos de seminário de Lacan, seria ociosa qualquer tentativa de resumi-lo. Todo esse traçado, com diria o próprio Lacan, deixará, como sabermos em seguida, as ciências, inclusive a linguística, esvaziadas do que poderia servir à experiência analítica. A exploração desse momento inaugural do sujeito, no sentido inferido por Lacan a partir da experiência analítica e do contexto científico behaviorista da época, é indispensável à determinação da construção do autismo e ao que é possível opor e articular entre as neurociências e a psicanálise (Thomas, 2009).

Voltando ao que se passa entre S e R e partindo do sistema binário de codificação dos estímulos, depois da decodificação necessária à resposta – segundo os termos da teoria da informação –, surgiu a hipótese, tornada tão dominante que agora é tida por certa, que no autismo haveria uma deficiência no sistema nervoso central que afetaria a codificação e a formação dos conceitos. Essa deficiência teria o efeito de perturbar todos os comportamentos complexos, entre os quais os da interação social (Laks, 1996). É essa a concepção dominante no mundo científico sob diferentes formas, e a ela Lacan vai se opor, lembrando que a linguagem não é feita para a comunicação, mas que ela produz o sujeito e isso basta.

Se tal é a concepção dominante da linguagem enquanto um dos agenciamentos do nome autismo, não foi sempre desse jeito. Acredito que para capturar bem a medida da mutação linguística que teve lugar nos primórdios do séc. XX seria necessário lembrar outras concepções da linguagem para as quais não foi esse modelo científico que dominou, mas outros paradigmas: o amor de Dante pela língua italiana, por exemplo (Pézard, 1950), a tradução na época de Goethe e do romantismo alemão (Lacoue-Labarthe &

Nancy, 1978; Berman, 1984), ou ainda o humanismo de Erasmo. E, no que diz respeito à psicanálise, o que Freud (1920/1996) chamou de pulsão de morte! A pulsão de morte não é essa força biológica misteriosa à qual certa leitura de Freud almejava reduzi-la. Ela é, se admitirmos a tese de Lacan formulada em 15 de fevereiro de 1956, a potência da nadificação simbólica da linguagem: “Minha tese [...] é a seguinte, a realidade é marcada de saída pela nadificação simbólica” (Lacan, 1955-1956/1981: 168) – sendo provavelmente esse o ponto que o autismo interpela. Pois, precisamente, essa potência de nadificação simbólica da linguagem a destitui de sua função de instrumento de comunicação para dela fazer a condição do inconsciente.

A QUESTÃO DA CAUSALIDADE E O JOGO

Brevemente. Quais são as causas do autismo? Evidentemente que o campo de pesquisa, a etiologia, parece o mais excitante, febril. Quando lemos a volumosa obra *O autismo, da pesquisa à prática* (Berthoz *et al.*, 2005) ficamos admirados com tantos estudos, engenhosidade e refinamento nas explorações experimentais. As cenas S/R não estão muito longe. Outro exemplo é quando lemos Frances Tustin: não podemos deixar de ficar impressionados por sua imaginação, poética e dramática, como também por sua habilidade de ligar a psiquiatria infantil com a psicanálise. Porém todas as causas orgânicas, biológicas, neurológicas, genéticas ou psicogenéticas alegadas ao longo desse trabalho mostram que a experiência analítica está pouco se lixando, pouco se importando! Pois sua causalidade é outra...

Sobre a causalidade na psicanálise, serei prudente quanto à sua qualificação. Poderíamos dizer “causalidade significativa”? Uma breve citação de Lacan (1966):

O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por este efeito ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria qualquer sujeito no real. Mas esse sujeito é o que o significante representa, e este não pode representar nada senão para um outro significante: ao que se reduz, por conseguinte, o sujeito que escuta (Lacan, 1966: 835).

Se não se leva em conta as últimas palavras, tem-se uma causa: o significante; um efeito: o sujeito fendido, dividido e o objeto *a*, tudo isso sobre um mesmo plano. Uma causalidade mecânica pode funcionar e reunir o vasto campo dos conhecimentos psicológicos. É o que parece ser o caso de certos trabalhos sobre o autismo (Rey-Flaud, 2008, 2010) nos quais, pelo viés da impressão, do traço, deslizamos de um modelo do registro orgânico, aquele dos traços sobre o tecido neuronal, para um modelo linguageiro do significante, revelando os primeiros esboços de Freud sobre a memória, notadamente a “Carta 52” (Freud, 1896/1990).

Mas, quando ocorre, 1) o significante é construído na experiência psicanalítica; e 2) a redução daquele que escuta é o sujeito no real, quer dizer, o objeto (*a*) da fantasia para o qual o analista se empresta durante a análise, para dele cair no final. É a radicalidade à qual é necessário se submeter, a saber, que a doutrina lacaniana é homogênea ao exercício analítico, sob o risco de recair numa antropologia. No dispositivo da cura, o significante lacaniano não implica numa simples linearidade de causa a efeito, é uma operação que produz a causa ao mesmo tempo que, por um lado, revela em eclipse o sujeito dividido, do desejo. Por outro lado, para colocar em jogo o significante, é necessário fazer uma aposta e sustentá-la. Dizendo de outra maneira, é um dispositivo que faz aparecer no efeito a lógica de sua própria causa (Lacan, 1964-1965).

É ao custo desse complexo dispositivo que se pode engajar uma partida analítica com aqueles ditos “criança”, “criança autista”, “mu-

lher”, “avô”, ou qualquer indexação civil, os que se dispõem à partida analítica.

No que diz respeito ao brincar na prática analítica, eu me reporto a um trabalho anterior sobre *Play-Technique* de M. Klein (Thomas, 2001). Aqui, uma simples nota de leitura constituirá uma conclusão provisória; essa nota de leitura no seu contexto, a saber, um “livro culto” do comportamentalismo aplicado ao autismo, confirma, a meu ver, a importância do brincar, *playing*.

Há alguns anos, li *O autismo* (Rutter & Schopler, 1978/1991), livro organizado por M. Rutter e E. Schopler – promotores do método TEACCH (*Treatment and education of autistic and related communication handicapped children*) – lançado em Nova York e traduzido para o francês em 1991. Um artigo dessa coletânea chamou minha atenção: “Jogo, símbolo e aquisição da linguagem” (DesLauriers, 1978/1991). Seu autor é Austin DesLauriers, colaborador próximo de Kanner, que foi terapeuta de Clarence, uma das oitenta e seis crianças diagnosticadas “autistas” antes de 1953, cuja evolução Kanner acompanharia. Kanner (1972) resenhou esse estudo em 1972, somente um ano depois daquele referido aos onze primeiros casos bastante conhecidos.

Em que o artigo de A. DesLauriers (1978/1991) se diferencia? Primeiramente por sua crítica das “estratégias” terapêuticas americanas e educativas inglesas que, por condicionamento, querem adaptar “pedaço por pedaço” as crianças ditas autistas: o olhar, as mãos, a cognição, a relação social, etc. – esse “pedaço por pedaço” é dado como admitido no princípio das experimentações relatadas no livro de Berthoz (2005) já mencionado.

Em seguida, pela proposição feita por A. DesLauriers. Essa proposta, que ele diz ser fiel a Kanner, pretende levar em conta o conjunto, a totalidade da síndrome do autismo precoce e não uma reeducação “pedaço por pedaço”. Ele mesmo, no filão em voga na época e agora, liga essa síndrome a uma injúria funcional central no

processo de decodificação dos componentes afetivos das experiências sensoriais, segundo uma variante das hipóteses cognitivas. Ele invoca um desequilíbrio entre dois sistemas implicados no estado de vigília, do qual ele torna recorde sucintamente o mecanismo neurofisiológico que interpreta:

À luz dessa hipótese, pode-se interpretar a síndrome comportamental do autismo infantil precoce (sinuosidade afetiva, preservação da imutabilidade, estereotipias rituais, dificuldades de aprendizagem e retardos na aquisição da linguagem) como o resultado de um limiar elevado de percepção sensorial afetiva na criança, acarretando um baixo nível do estado de vigília da parte mesencefálica do sistema límbico (sistema II do estado de vigília) (DesLauriers, 1963/1969: 383).

DesLauriers (1963/1969: 384) espera que o “brincar possa fornecer uma experiência de estímulos sensoriais carregados de impacto afetivo que teriam o valor necessário para provocar um estado de vigília global suscetível de ocasionar uma resposta afetiva significativa da parte da criança autista”. Ele fornece dois exemplos nos quais a simplicidade, o “natural”, surpreendeu os experimentadores. Trata-se para A. DesLauriers (1963/1969) de levar a criança, através do jogo, para um estado de excitação elevado, que é o estado neuropsicológico habitual depois de um golpe, e, pelo “efeito surpresa”, provocar uma báscula para o estado de vigília global que mergulhe a criança no mundo das significações, quer dizer, na língua, escolhendo um termo que melhor me convém. Não existe, nessa concepção de DesLauriers (1963/1969), uma aprendizagem progressiva de linguagem. A criança é jogada na língua pelo brincar. É a força do que ele chama de *Theraplay*.

M. Rutter (1978/1991) comenta o artigo, desmontando imediatamente a proposta de DesLauriers (1963/1969) com um tom crítico não habitual nesse gênero de prosa científica. A principal crítica de

Rutter (1978/1991: 399, 400, 404) incide no fato de que “não existem avaliações sistemáticas” da *Theraplay*, e “que há poucos testemunhos diretos que concernem à terceira etapa de argumentação, a saber, as vantagens do jogo”, jogo que ele faz questão de nomear “jogo social”, como se o jogo não fosse, de saída, social. Mais adiante, dirá que “os argumentos de DesLauriers fornecem uma base insatisfatória para a elaboração de uma intervenção terapêutica” (Rutter, 1978/1991: 399). Talvez um efeito eficaz não se encontre somente na hipótese de base psicológica... Nessa época li esses debates com interesse.

Minha atenção voltou-se depois para as páginas do livro de Jacques Hochmann (2009) nas quais se encontra resumido o trabalho de DesLauriers com Clarence: num artigo de 1978 o terapeuta faz uma resenha do caso (DesLauriers, 1978). O resultado desse jovem paciente faz parte do que Kanner chamava de histórias de sucesso.

Será que DesLauriers (1978), ao publicar o caso de Clarence, levou em conta a exigência de Rutter (1978/1991), a de uma avaliação? Se for o caso, ele a fez com sua prática do jogo e com um caso singular, e não com um grupo e estatísticas, quer dizer, ele pôde recusar o Todo.

O *Theraplay* de DesLauriers (1963/1969) não será uma das formas, além das alegadas fontes científicas fisiológicas, de “fazer par” com os casos de autismo, criando o significante? Não será ela uma “técnica erótica”, sem muitos conhecimentos generalizáveis, mas não sem efeitos reais, imaginários e simbólicos naquele que não fala ainda, no *infans*?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ariès, P. (1960/1973). *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Le Seuil.
- Becchi, E. & Julia, D. (1998). *Histoire de l'enfance en Occident*. Paris: Le Seuil.

- Berman, A. (1984). *L'épreuve de l'étranger, Culture et traduction dans l'Allemagne romantique*. Paris: Gallimard.
- Berthoz, A.; Andres, C.; Barthélémy, C.; Massion, J. & Rogé, B. (2005). *L'autisme, de la recherche à la pratique*. Paris: Odile Jacob.
- Bloomfield, L. (1914). *Introduction to the study of language*. New York: Henry Holt.
- Bloomfield, L. (1933/1967). *Language*. London: Allen, G. & Unwin Ltd.
- DesLauriers, A. (1963/1969). *Your child in asleep: early infantile autism*. Belmont, California: Dorsey Press.
- DesLauriers, A. (1978). The cognitive-affective dilemma in early infantile autism: the case of Clarence. *Journal of Autism and Childhood Schizophrenia*, 8(2), 219-230.
- DesLauriers, A. (1978/1991). Jeu, symbole et acquisition du langage. In: *L'Autisme* (pp. 380-396). Rutter, M. & Schopler, E. PUF: Le Fil rouge.
- Delion, P. (1998). *Les bébés à risque autistique*. Paris: Éditions Erès.
- Dreyfus, H. & Rabinow, P. (1984). *Michel Foucault – Un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, folio/essais n°204.
- Fehr, J. (1998). La langue à l'ère de sa reproductibilité technique. *Sémiotiques*, 14, 109-123.
- Foucault, M. (1966/1994). *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1896/1990). Carta 52. *Obras completas*, v. I. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1920/1996). Além do princípio do prazer. *Obras completas*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Gesell, A. L. (2005). *Le jeune enfant dans la civilisation moderne, L'orientation du développement de l'enfant à l'école des tout-petits et à la maison*, traduit d'après la 20^e édition américaine par I. Lézine. Paris: PUF.
- Golse, B. (1998). Du risque autistique au risque prédictif: dépistage précoce et prévention. In: Delion, P. *Les bébés à risque autistique* (pp. 11-25). Paris: Éditions Erès.
- Gourinat, J.-B. (2000). *La dialectique des Stoïciens*. Paris: Vrin.
- Grandin, T. (1994). *Ma vie d'autiste*. Paris: Éditions Odile Jacob.

- Hacking, I. (2001). *Leçon inaugurale au Collège de France*. Disponível em <www.college-de-france.fr>.
- Hochmann, J. (2009). *Histoire de l'autisme, de l'enfant sauvage aux troubles envahissants du développement*. Paris: Odile Jacob.
- Hockett, C. F. (1960). *The origin of speech*. *Scientific American*, 203, 88-96.
- Jakobson, R. (1963). Linguistique et théorie de la communication. In: *Essais de linguistique générale* (Chap. V). Paris: Éditions de Minuit.
- Kanner, L. (1944). Early infantile autism. *J. Pediatr.*, 25, 211-217.
- Kanner, L. (1943). Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, 2, 217-250.
- Kanner, L. (1943/1995). Les troubles autistiques du contact affectif. *Neuropsychiatrie de l'enfance*, 38(1-2), 65-84.
- Kanner, L. (1969). *Intervention au 1er Congrès de la NSAC* (National Society of Autistics Citizens).
- Kanner, L. (1972). How far can autistic children go in matter of social adaptation. *Journal of Autism and Childhood Schizophrenia*, 2(1), 9-33.
- Kanner, L. (1973). The birth of early infantile autism. *Journal of Autism and Childhood Schizophrenia*, 3(2), 93, traduction de Laurent Gillette.
- Lacan, J. (1955-1956/1981). *Séminaire 3: Les structures freudiennes dans les psychoses*. Paris: Seuil.
- Lacan, J. (1961-1962). *Séminaire 9: L'identification*. Inédit.
- Lacan, J. (1964-1965). *Séminaire 12 : Les problèmes cruciaux pour la psychanalyse*. Inédit.
- Lacan, J. (1965-1966). *Séminaire 13: L'objet de la psychanalyse*. Inédit.
- Lacan, J. (1966). Position de l'inconscient. In: *Écrits*. Paris: Seuil.
- Lacan, J. (1976-1977/2003). Séminaire 24: L'insu que sait de l'Une-bévue, s'aile à mourre. In: *L'Unebévue n° 21 Psychanalystes sous la pluie de feu*, Paris.
- Lacan, J. (1976/2001). Préface à l'édition anglaise du Séminaire XI. In: *Autres écrits*. Paris: Seuil.
- Lacan, J. (1979). Preface to the English-language. In: *The four fundamental concept of psycho-analysis*, edited by J-A. Miller, translated by A. Sheridan. London: Penguin Books.

- Lacoue-Labarthe, Ph. & Nancy, J.-L. (1978). *L'absolu littéraire, Théorie de la littérature du romantisme allemand*. Paris: Seuil.
- Laks, B. (1996). *Langage et cognition: l'approche connexionniste*. Paris: Hermès.
- Maleval, J.-C. (2009a). *L'autiste, son double et ses objets*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Maleval, J.-C. (2009b). *L'autisme et sa voix*. Paris: Le Seuil, Champ freudien.
- Nietzsche, F. (1882/1993). *Le gai savoir*. Paris: Le Livre de Poche.
- Ottavi, Dominique (2009). *De Darwin à Piaget – Pour une histoire de la psychologie de l'enfant*. Paris: CNRS éditions.
- Pézarid, A. (1950). *Dante sous la pluie de feu*. Paris: Vrin.
- Rey-Flaud, H. (2008). *L'enfant qui s'est arrêté au seuil du langage, comprendre l'autisme*. Paris: Aubier.
- Rey-Flaud, H. (2010). *Les enfants de l'indicible peur, nouveau regard sur l'autisme*. Paris: Aubier.
- Rousseau, J.-J. (1789). *Dialogues de Rousseau juge de Jean-Jacques*, Deuxième dialogue.
- Rutter, M. & Schopler, E. (1978/1991). *L'Autisme, une réévaluation des concepts et du traitement*. Trad. de l'anglais par S. Missonnier et L. Hemaïn. PUF: Le Fil rouge.
- Rutter, M. (1978/1991). *L'autisme*. Paris: PUF.
- Soler, C. (1990). Hors-discours: Autisme et paranoïa. In: *Feuillets psychanalytiques du Courtil*, 2, 9-24.
- Thomas, M. C. (2001). *Etude des concepts kleinien dans l'œuvre de Jacques Lacan, Conséquences pour la psychanalyse dite d'enfant*. Presses Universitaires.
- Thomas, M.-C. (2007). Sensations de langue. In: *Quid pro quo*, 2.
- Thomas, M.-C. (2009). Rejouer la causalité? In: *Quid pro quo*, 4, EPEL.

Recebido em 20 de maio de 2011

Aceito para publicação em 22 de outubro de 2013